

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 875

-

de 24 setembro a 8 de outubro de 2020



“A hora de lutar é agora”

Delegados de vários estados renovaram as energias na Plenária da JR do PT

Mais de cinquenta delegados eleitos em reuniões de núcleos de 16 estados participaram da Plenária Nacional da Juventude Revolução do PT em 19 e 20 de setembro. Nos debates que ocorreram virtualmente em função da pandemia, os jovens discutiram a crise e necessidade de lutar contra o capitalismo. Um sistema que destrói a humanidade, mas encontra resistência em vários países. A plenária adotou uma resolução que se dirige aos jovens dispostos a resistir por condições dignas, se organizar e participar das mobilizações, chamando a “Lutar nas ruas para respirar e por um fim nesse desgoverno”.

Preparação animada

Com base na convocatória da plenária, foram realizadas mais de cinquenta reuniões com a participação de cerca de 450 jovens. Estas reuniões discutiram também a situação nos municípios e iniciativas para resistir aos ataques e enfrentar o governo Bolsonaro. Em Araquari (SC), Vitor Henrique, pré-candidato a vereador pelo PT, disse: “irei pra plenária defender acesso a lazer, cultura e trabalho pros jovens e que eles não sejam criminalizados e marginalizados”. Nestas reuniões preparatórias e na plenária, vieram à tona questões como a falta de emprego, a dificuldade de acessar o auxílio emergencial, o problema do aumento do preço dos principais alimentos, a falta de testes e condições para retorno das aulas presenciais, a precarização dos estudos com esse ensino remoto. Para Jeffei, de Volta Redonda (RJ), é preciso “organizar em cada município os setores jovens que defendem mais serviços públicos e lutar contra o governo, buscando uma saída pra situação que vivemos”.

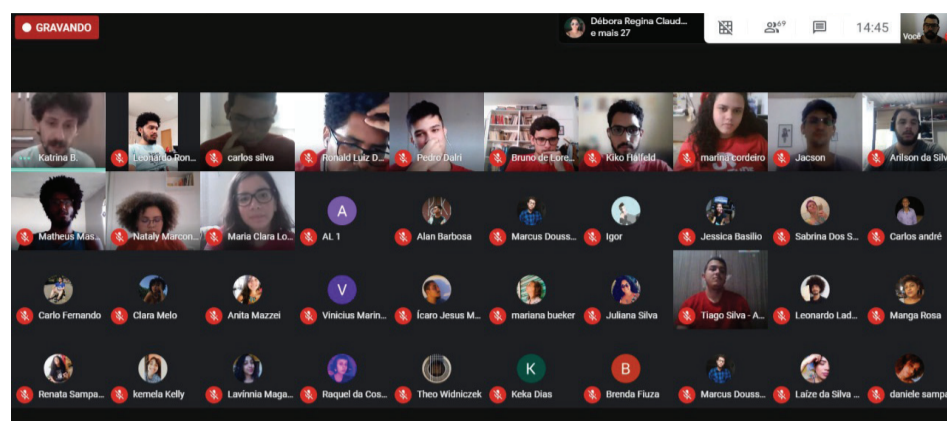
Condições para estudar na volta presencial!

O tema do retorno presencial das aulas veio de diversos cantos do país,

pois vários governos tentam impor uma volta sem condições. Num dos grupos de discussão Theo, de São Paulo (SP), disse “o prefeito Bruno Covas (PSDB) marcou a volta para 7 de outubro sendo que as escolas não tem condições de segurança garantidas. Ir sem teste e proteção é certeza de pegar o vírus e levar pra casa”. Carlos, de Belém (PA), afirmou estar “cansado desse governo Bolsonaro destruindo a educação”. Tem razão! É necessário mais investimentos e não cortes, mais professores e não demissões, mais merendas, mais assistência estudantil etc. Nos debates aparecia a exigência de testagem da comunidade escolar para que sejam reabertas as escolas com aulas presenciais. A situação exige iniciativas como ocorreram no Rio Grande do Sul, Amazonas e outros estados com atos de rua exigindo condições para retomar aulas. Sem dúvida, têm lugar neste combate as entidades estudantis para ajudar mobilizar as lutas pelos direitos dos estudantes. A plenária decidiu participar das atividades do dia nacional de mobilização da UNE e UBES dia 23 que, pressionadas pela situação, foram obrigadas a se mover. Nos atos de rua apareceram faixas e cartazes exigindo testes para Covid e condições de segurança garantidas para o retorno.

É o sistema que tem de mudar

A plenária foi construída nas lutas concretas. Em Arapiraca (AL) houve abaixo-assinado contra a implementação do ensino remoto no IFAL, que deveria ser apenas complementar. No RS, atos na porta das escolas exigiram testes e condições seguras para o retorno das aulas. Na UnB, em Brasília, a luta exigia a posse da reitora eleita pela comunidade. Renata, da zona sul de São Paulo, afirmou que “muitos perderam emprego e o auxílio emergencial não chega. Essa situação caótica é responsabilidade



do governo e do sistema, que precisamos enfrentar”. Esse sentimento é correto e a rebeldia da juventude é uma chama para ajudar derrubar esse regime. Cada luta alimenta outra e ajuda na força necessária para, junto com os trabalhadores, acabar com o governo Bolsonaro. São lutas que, como em outros países, se chocam com o imperialismo mostrando que, no fundo, é o sistema que tem de mudar. A plenária integrou na discussão a questão da Assembleia Constituinte Soberana, na perspectiva de varrer estas instituições podres e abrir e abrir caminho para mudanças radicais como a revogação do teto de gastos e a desmilitarização da PM.

Eleições municipais estão aí.

Muitas das questões apresentadas pelos jovens serão pautas das próximas eleições. A expectativa é que as candidaturas petistas sejam um espaço para discutir essas questões e ir às lutas. Itamar, do Ceará, destacou: “precisamos ir à luta de rua com as mobilizações, junto com candidaturas de jovens petistas porque são uma forma de atacar esse sistema que nos oprime”. A turma do núcleo de Juiz de Fora relatou uma boa reunião para entregar reivindicações à pré-candidata do PT à prefeitura, que se comprometeu com pautas como

a revitalização de pistas de skate na cidade e implementação de linhas de ônibus que liguem a periferia ao campus universitário. É isso aí, a pandemia mostrou como precisamos da ampliação dos serviços públicos: mais hospitais e escolas públicas, espaços de cultura e esporte nas comunidades, delegacias da mulher 24h, ampliação das rotas de transporte público e melhorias no sistema de limpeza e saneamento urbano. As eleições também serão uma trincheira para lutar contra o governo federal e pela restituição dos direitos políticos de Lula e anulação dos processos contra ele.

Organizar e lutar nas ruas

A plenária representou um vigoroso intercâmbio para renovar as energias e seguir as lutas. Os ataques do imperialismo presente na política dos mais variados governos ao redor do mundo empurram milhares de pessoas, sobretudo jovens, às lutas cotidianas. Esse combate, ao lado dos trabalhadores, é a força capaz de enfrentar esse sistema que só tem guerra e destruição a oferecer. Agora, nas reuniões de prestação de contas dos delegados, é possível se apoiar na resolução adotada e ampliar iniciativas.

Katrina

RESOLUÇÃO ADOTADA (TRECHOS)

Quem tem fome não pode esperar! Precisamos de medidas emergenciais para estudar, trabalhar e curtir com segurança. Testagem em massa nas comunidades escolares agora que se anunciam volta às aulas presenciais.

Precisamos de testes de COVID na comunidade escolar e condições adequadas como equipamentos de proteção, distanciamento e ventilação nas salas. É um conjunto de exigências para atender milhões de jovens, uma das principais pautas no momento que vivemos. Precisamos da merenda garantida, principalmente, com o aumento do preço dos alimentos que estamos vivendo.

A hora de lutar é agora! Não dá pra ficar esperando 2022. A JPT pode agir com autonomia organizando a luta dos jovens contra esse governo. São muitos jovens que vem pro partido buscando uma forma de resistir. Não precisa esperar autorização dos outros pra lutar, sobretudo nas eleições municipais, colocando as reivindicações dos jovens através das candidaturas petistas.

O primeiro passo para lutar contra o sistema é se organizar. Convidamos você a participar das nossas reuniões e mobilizações nos bairros, nas escolas e faculdades, postos de trabalho, nos grupos culturais e esportivos, pastorais, resistindo contra esse governo.

(íntegra em www.juventuderevolucao.com.br)



Ato no Rio Grande do Sul no dia nacional de mobilização da UNE em 23 de setembro

Que lições a greve dos Correios deixa?

Depois de mais de um mês de greve nacional, os trabalhadores dos Correios voltaram ao trabalho no dia 22 de setembro. Uma greve vigorosa em defesa dos salários, dos direitos conquistados e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que o governo quer privatizar. Mas a greve não conseguiu derrotar o brutal ataque.

Um elemento central: apesar de tocar em questões que interessam a todos trabalhadores (salários, direitos) e a toda nação (defesa da ECT), num enfrentamento direto com os generais do governo, a greve ficou isolada. Não entre os trabalhadores dos Correios, que aderiram amplamente.

A primeira lição que fica: faltou a solidariedade ativa das organizações construídas pelos trabalhadores.

A começar pela CUT, através de suas instâncias estaduais deveriam chamar a mobilização dos sindicatos filiados de outras categorias, em solidariedade ativa ao movimento. E também faltou ao PT colocar em marcha seus diretórios municipais e parlamentares com ações concretas que expressassem que os trabalhadores dos Correios não estavam sozinhos na sua luta. É com base em lutas assim que se pode construir a unidade capaz de fazer frente ao governo.

Segunda lição: o governo não está de brincadeira, mas sim disposto a ir fundo, com o

aval dos generais, como o Floriano Peixoto, presidente da ECT, nomeado com a missão de acabar com a empresa. A permanência deste governo coloca em risco todos os direitos, os empregos, as empresas estatais, a fauna, a flora, a vida.

Terceira lição: a luta pelo fim do governo poderia ter sido fortalecida com a solidariedade ativa nesta greve. Construir um combate consistente nessa direção, apoiando-se na resistência dos trabalhadores, é urgente.

FALTOU SOLIDARIEDADE ATIVA NUMA LUTA QUE É DE TODOS OS TRABALHADORES

Não há outro ponto de apoio melhor na luta pelo fim do governo, pois não será deste Congresso que virá uma saída.

Os trabalhadores têm problemas imediatos que pedem respostas imediatas. Respostas para garantia de emprego, de proteção contra a pandemia, de salário, de voltar a ter comida na mesa, dos filhos poderem voltar às aulas em condições seguras. Enfim, o que possa

garantir sua sobrevivência aqui e agora.

A luta direta da classe vai prosseguir. E ali onde ela se manifestar é aí que as organizações da classe têm de estar.

No mesmo dia 21 em que três mil trabalhadores dos Correios de todo o país foram a Brasília para exigir a garantia dos direitos, o PT lançou seu "Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil" (ver pag. 4). Do programa lançado pelo PT, é preciso extrair as necessárias medidas pelas quais lutar aqui e agora em sintonia com as lutas parciais e para abreviar, o quanto antes melhor, a permanência desta máquina destruidora que foi instalada no Palácio do Planalto.

As eleições municipais devem ser um momento para o PT fazer de cada uma de suas candidaturas às Câmaras Municipais e Prefeituras porta-vozes, nos bairros e locais de trabalho, propostas que permitam avançar a luta para tirar o povo do sufoco e expulsar o governo Bolsonaro do Planalto. Os grandes problemas nacionais não serão resolvidos em cada município. Mas a campanha do PT, além de buscar as vitórias locais com propostas concretas, como a recuperação e ampliação dos serviços públicos, deve ser a grande arrancada para avançar a luta para barrar o processo de destruição em curso, contra o qual os trabalhadores dos Correios sustentaram a mais longa greve da categoria.

NOTAS

Fome cresce no Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que 84,9 milhões de brasileiros viviam com algum tipo de dificuldade para se alimentar no ano de 2018. São pessoas que reduziram suas refeições por não ter como conseguir comprar comida. Os dados são da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018.

Uma parcela desses lares brasileiros com insegurança alimentar sofre, literalmente, com a fome. Eram 10,3 milhões em 2018, antes da crise atual esmagar as condições de vida da classe trabalhadora. Essa foi a primeira vez desde 2004, portanto desde o começo dos governos do PT, que a fome e a insegurança alimentar registrada pelo IBGE aumenta no país.

Situação pior no Norte e Nordeste

Em 2004, 65% da população brasileira afirmava que não faltava comida na mesa. Em 2009 esse número subiu para 69% e em 2013 chegou a 77%. Agora caiu para 63%.

A situação já era alarmante na região Norte e Nordeste em 2018, onde mais da metade da população encontrava problemas para se alimentar. 57% não tinha alimentos suficientes no Norte e 50,3% no

Nordeste.

Dentre os 84,9 milhões de brasileiros com problemas para comer, 27% já passaram pela situação de não ter como repor um alimento que havia acabado em casa. 8% já passaram por uma carestia que lhes obrigou a não fazer uma refeição no dia.

Mulheres e negros são mais afetados

A pesquisa do IBGE mostrou também que as mulheres e os negros são os mais afetados pela fome. Consequência do fato de que são as mulheres e os negros os que ganham salário menor e são mais atingidos pelo desemprego. 64% dos lares onde são as mulheres provêm o sustento familiar sofrem com algum tipo de falta de alimentos. Entre as famílias com fome, 51,9% são sustentadas por mulheres.

A fome aumentou mais entre as mulheres. Em 2013, 79% dos homens não tinham problemas para se alimentar, caíram agora para 66%. Enquanto para as mulheres o índice era de 74% e agora 58%.

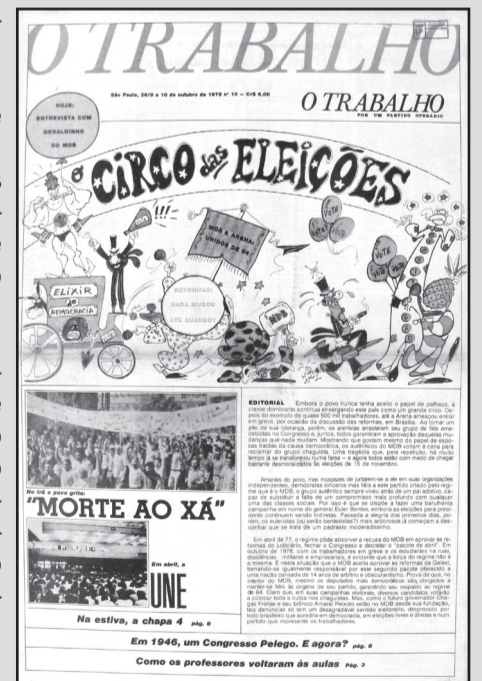
Entre a população negra a situação é ainda mais grave. Só 10% dos lares sem dificuldades com alimentos eram sustentados por pessoas negras. Entre os pardos esse índice é de 36,9%.

Memória

GENERAL DE "OPOSIÇÃO" FUGE DE DEBATE NA UNB

Aqueles que defendem a necessidade de apoiar a candidatura Euler Bentes [no Colégio Eleitoral da ditadura], pressionando-o para que marche "mais para a esquerda" – como os autênticos do MDB, algumas tendências estudantis e a Convergência Socialista – surpreenderam-se no último dia 19 com a ausência do general ao debate para o qual havia sido convidado pelo DCE-Livre da UnB. Bastou uma nota do capitão José Carlos Azevedo alertando-o que o convite fora feito por "uma entidade ilegal", o DCE-Livre, para que imediatamente o general cancelasse sua viagem a Brasília, deixando entre atônitos e revoltados mais de três mil estudantes que o aguardavam (...) – os estudantes rasgaram as faixas que saudavam Euler (...).

O Trabalho nº 10 – 26/9/1978



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

PT lança um Plano de Reconstrução

No entanto, a discussão deve extrair propostas para a luta e as eleições

Num ato presencial no dia 21, o PT lançou um Plano de Reconstrução e Transformação. Cerca de 1 milhão de pessoas teriam assistido, ao longo das quatro horas do evento, em que falaram Lula, Gleisi, presidente do PT, Aloísio Mercadante, presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA), e mais de 20 oradores, da CUT, MST, religiosos, convidados do PCdoB, PSOL, PDT e PSB, além de governadores, ex-ministros e intelectuais.

Da minha parte, antes, no Diretório Nacional defendi a oportunidade, nesta conjuntura, de um plano de medidas de caráter emergencial para alavancar a luta contra o governo Bolsonaro. Mas predominou a proposta de um largo texto de mais de 220 páginas preparado pela FPA – com partes analíticas, partes emergenciais e partes de plano de governo detalhadas – texto que pouca gente leu, mesmo no DN onde havia centenas de emendas.

Agora, se procurar bem no oceano propositivo do Plano, se encontrará propostas importantes como a Revogação da Reforma Trabalhista, do Teto de Gastos, a revisão da privatização da Embraer, por exemplo, e, inclusive, uma reforma radical do Estado através de uma Constituinte Soberana (está pendente a recuperação da redação do 7º Congresso do PT que previa “inclusive uma reforma militar”).

Mas tudo isso precisa procurar nas 220 páginas, onde também se acha a defesa de concessões privadas, Parcerias Público-Privadas etc. e outras coisas na contramão da tradição petista. Mas há um problema maior de foco ou, dito de outro modo, qual a função de um Plano hoje?

Lula e Gleisi disseram que é preciso mudar o governo para aplicar o plano, mas o Plano em si é mais ambíguo. Um foco em propostas de emergência, como vários oradores propuseram, ajudaria a centralizar a luta popular, mas a “reflexão de futuro” que predominou e dá o tom, sugere jogar tudo para 2022 e, até lá, debates acadêmicos...

Mas acontece que estamos na boca das eleições municipais, as quais nem são citadas no Plano! É como se falar da eleição agora – a maioria dos dirigentes não falou, nem Lula – fosse dividir uma amplíssima frente com aliados imaginários em 2022... ou, talvez, constranger certos “aliados” de agora nas eleições municipais, coligados do “centrão”, do MDB, PSD, PP etc.

Mas há uma “ironia” na situação: os convidados presentes ao lançamento – Dino, Freixo, Ricardo Coutinho, Manuel Dias e Requião – que



Ricardo Stuckert

aceitaram debater o Plano do PT, são exclusivamente (!) aqueles prescritos na resolução de alianças do 7º Congresso: PCdoB, PSOL e setores populares do PDT (Manuel) e PSB (Coutinho), e outros (Requião originário do MDB)! Não é a barafunda do Comissão Executiva Nacional de fevereiro que autorizou qualquer direitista! A realidade é teimosa.

Oposição para valer!

O PT mostrou a cara no lançamento e a mídia de direita reagiu incomodada. Ou escandalizando o “aumento de gastos” (o Plano propõe “a expansão dos serviços públicos”), contraposto ao eterno ajuste fiscal do capital financeiro. Ou, ainda, explorando a fala de aliados presentes que cobravam o apoio do PT agora na eleição de 2020, em troca de um acordo para 2022, de modo a desfocar totalmente da discussão de medidas concretas. O PT incomoda muita gente e a mídia do capital não dá trégua!

Há uma dinâmica na situação que fez vários oradores do ato falarem em “emergência”. O que dá um terreno comum para o Diálogo e Ação Petista e outros setores militantes resgatarem os pontos do Plano que remetem às reivindicações mais urgentes do povo na luta pelo Fim do governo Bolsonaro. Pontos como a defesa dos Correios cuja greve nacional semi-insolada de 30 dias estava sendo julgada no TST naquele mesmo dia, e não mereceu mais que uma referência no fim da fala de Sergio Nobre (CUT). Pontos como a ameaça da Reforma Administrativa de Guedes que não foi mencionada, senão que o economista da FPA contrapôs uma outra reforma “do bem”.

Há um espaço para o PT se afirmar como oposição para valer, que é uma

lacuna na atuação.

PROPOSTA DE SETE MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

- 1 Tabelamento dos preços** dos alimentos da cesta básica
- 2 Saúde**, Testagem em massa, Verbas para o SUS, Revogação do teto de gastos
- 3 Emprego**, Nenhuma Demissão, 5 milhões de vagas em Obras públicas, Aumento real do salário-mínimo
- 4 Auxílio** emergencial de R\$ 600 enquanto durar a pandemia, Mais Bolsa Família
- 5 Educação**, condições seguras para volta às aulas, respeito da autonomia das universidades
- 6 Orçamentos**, suspensão da dívida dos municípios, tributação emergencial sobre os mais ricos
- 7 Democracia**, revogação da Lei de Segurança Nacional (1983), plenos Direitos políticos para Lula

Estas devem ser algumas das medidas de emergência do PT para unir a oposição popular, as organizações sindicais e democráticas, e incluem o enfrentamento dos novos ataques da coalizão golpista, como o Não à Reforma Administrativa. Por isso, essas medidas devem servir para alavancar o combate pelo Fim do governo Bolsonaro.

Vamos à luta, agora, com um olho no Voto nos candidatos do PT nas eleições municipais e outro olho no futuro do país!

A luta continua! Ruptura democrática!

A luta por estas primeiras medidas continua na luta por um novo governo, em que, apoiando-se no avanço da mobilização popular, mais cedo ou mais tarde, se revogue todas as contrarreformas e privatizações dos governos Temer e Bolsonaro, todas as medidas obscurantistas

e destruidoras do meio ambiente, recuperando o melhor do legado dos governos petistas.

A forma de fazê-lo é uma ruptura democrática, através de uma Assembleia Constituinte Soberana livremente eleita – unicameral, proporcional, com voto em lista e financiamento público exclusivo -, uma Constituinte que estabeleça a soberania nacional e enterre o entulho autoritário da ditadura que está aí, uma Constituinte que faça as reformas que nos governos do PT não foram feitas: a reforma da mídia, a reforma agrária, jurídica e, inclusive, reforma militar, instaurando por primeira vez uma verdadeira democracia no Brasil!

É isso, ou o blá-blá-blá democrático-liberal desbotado e identitário, o que as amplas massas deste país desprezam, e que se mostrou tão perigoso para desarmar a vanguarda, paralisar a CUT, o PT e a UNE e o MST, e, sobretudo, desorientar o povo pobre assediado pelo bolsonarismo.

Medidas de Emergência contra a crise e a pandemia assassina, Fim do Governo Bolsonaro o quanto antes, Ruptura Democrática com o povo, Constituinte Soberana livre: esse é o único caminho para a Reconstrução do país e, ainda mais, para a sua Transformação no interesse das camadas exploradas e oprimidas – negros, mulheres, jovens etc. – avançando e abrindo caminho para o socialismo.

Afinal, o socialismo não é só um bom discurso para dias de festa, mas, sobretudo um guia para a mobilização e auto-organização dos trabalhadores no cotidiano da luta pela emancipação da exploração e da opressão imperialista.

Markus Sokol

CAMPANHA ELEITORAL VAI SER DE MUITA LUTA

O PT precisa dar respostas à crise financeira, política, social e sanitária

A campanha eleitoral será um momento muito importante da luta da classe trabalhadora para por fim ao governo Bolsonaro. O PT, com seus candidatos, deve colocar-se à

altura desse desafio. O Diálogo e Ação Petista vem cumprindo seu papel, incentivando o lançamento das candidaturas próprias do partido, pondo no centro de sua atuação a defesa da

restituição dos plenos direitos para Lula, organizando atividades de solidariedade às lutas, como na greve dos Correios.

O Comitê Nacional do DAP deve

reunir-se no dia 2 de outubro para avaliar a situação, as coligações e campanhas do PT, o desenvolvimento das lutas e propostas para fazer avançar o combate.

SP "ESQUENTA" NO LANÇAMENTO DE JILMAR TATTO

No dia 12 de setembro, antes da abertura da Convenção do PT em São Paulo, o DAP organizou uma sala de Zoom para esquentar e organizar a presença no ato do partido. Com mais de 80 participantes, entre eles apoiadores das pré-candidaturas a vereadores de Lili, Garry Delarus e Rapper Pirata, a reunião contou com a presença de Markus Sokol, do Comitê Nacional do DAP e da Executiva Nacional do PT.

Garry, em sua fala, afirmou que "2020 é o ano do PT. Temos de falar com todos, também com aqueles que votaram no Bolsonaro, para ganhar em São Paulo e mudar a cidade". Lili disse que "as propostas da ampliação dos serviços públicos estão associadas ao voto no PT, no Jilmar Tatto e à minha candidatura. Hoje estive no CEU de Taipas, que o prefeito Covas quer privatizar - o que não é diferente das propostas do Russomano (Republicanos), Márcio França (PSB) e outros candidatos a prefeito. E eu tenho este compromisso e estou engajando a minha candidatura nesta luta".

Rapper Pirata, candidato da bancada do hip hop, disse "as pautas do DAP são as nossas pautas. Temos de discutir o racismo, batalhar contra o verdadeiro genocídio da juventude negra e focar nossos projetos na periferia da cidade, que é de onde a



A convenção teve parte presencial com Jilmar e Haddad, numa laje na Zonal Sul da cidade. Moradores da região saudaram com bandeiras do PT nas suas casas

gente vem".

Sokol destacou que "temos uma greve de correios, talvez a mais longa que essa categoria já fez, e atrás dela está a ameaça que virá caso sejam derrotados, de quebrar a CEF, liquidar o BB e a Petrobras. Então tem muita coisa em jogo na solidariedade a esses companheiros. O segundo elemento de urgência na situação é a disparada do preço dos alimentos. Estamos assistindo a volta do começo dos anos 90, a inflação do pobre, que não aparece nos índices, mas a gente vê na mesa. O que se soma à pandemia e uma pressão de volta às aulas sem condições mínimas, pelo menos a testagem, para que não seja um fator de contaminação dos professores, das famílias e dos alunos. Num cenário onde o auxílio emergencial foi cortado pela

metade e vai acabar em dezembro. No mundo onde a Volkswagen está fazendo uma proposta de demissão de 5.000 trabalhadores. Não vai melhorar, a não ser com a ação do PT. A fala do Lula no 7 de setembro teve uma defesa da soberania nacional como incontornável. Explicou como as perseguições ao PT e a ele mesmo têm a ingerência dos Estados Unidos. Recusou qualquer acordo por cima. Lançou a ideia pelo fim desse desgoverno, que nós do DAP já defendemos desde o Congresso. Apesar disso, gostaria de que o Lula tivesse chamado a solidariedade à greve dos Correios, que tivesse chamado o voto no PT - incomode a quem incomodar. O PT precisa defender medidas como o congelamento de preços, exigência de testagem em massa, extensão do auxílio emergencial enquanto durar a pandemia, garantia de emprego, ampliação dos serviços públicos. A fórmula que o PT está usando na pré-campanha é "Quem defende você é o PT". Ninguém mais tem a força e a capacidade do PT em eleger-se num segundo turno e ter base social de apoio para executar um programa de atendimento às demandas. Ter a coragem de sustentar a recuperação dos direitos plenos do companheiro Lula, um passo para abrir uma saída política para este país".

Correspondente

APOIO ATIVO À GREVE DOS CORREIOS



DAP do Recife puxa ato de apoio à greve dos Correios.

Em plenária virtual realizada dia 13 de setembro, com a presença da companheira Misa Boito, do Diretório Nacional do PT, o DAP

do Espírito Santo recebeu os companheiros Toni Braga, presidente do sindicato dos ecetistas, e Jurandir, também diretor do sindicato e candidato a vereador pelo PT. Como conclusão da discussão sobre a greve dos correios, que já durava quase um mês,

a reunião aprovou que se levasse ao Diretório Municipal do PT de Vitória a proposta de solidariedade ativa aos companheiros ecetistas.

O PT não apenas aprovou a nota proposta pelo DAP, em conjunto com Toni Braga, como divulgou um card de convocação do ato dos grevistas que seria realizado dia 17. Na avaliação dos companheiros, o ato foi um sucesso, com participação expressiva de militantes do PT.

Em Recife, no dia 21 de setembro, o DAP e seis pré-candidatos a vereador (de Recife, Jaboatão e Camaragibe) participaram do ato de solidariedade

à greve nacional dos correios, na Central de Distribuição do Bongí. O DAP foi a única presença organizada de petistas no ato. Chamou a atenção a ausência de direções sindicais de outras categorias.

Em Salvador, o DAP dirigiu um apelo à Executiva Estadual do PT, ao governador Rui Costa, ao senador Jacques Wagner, aos deputados, vereadores e candidatos do partido, no sentido de uma efetiva solidariedade à greve dos ecetistas. Como diz a nota do DAP, "o PT deve se colocar à altura do desafio!"

Correspondentes

ASSESSORIA PARA CANDIDATOS A VEREADOR

O Diálogo e Ação Petista organizou uma assessoria para os candidatos a vereador do DAP em todo o país. No dia 6 de setembro, foi realizada a primeira reunião, com 45 presentes representando 28 candidaturas. Mas o interesse pela iniciativa cresceu e hoje o grupo já tem cerca de 80 companheiros e 60 candidatos.

Desde então foram realizadas quatro oficinas: dicas de planejamento de campanha, Canva (editor de imagem) e Casa 13, campanha no facebook e reuniões online, lives, edição de vídeos e minipodcasts.

A assessoria já disponibilizou os seguintes materiais: 50 cards pré-fabricados no Canva, para adaptação de cada candidato; 10 modelos de logo para adaptação dos próprios candidatos; manuais jurídicos fornecidos pela Casa 13; vídeos do PT fornecidos pela cada 13; e cards da Casa 13 por cidade.

Serão ainda realizadas três oficinas: Whatsapp, Instagram e orientações jurídicas.

CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE ("UM CAFEZINHO POR MÊS")

WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE



Para manter sua independência política, o DAP pede a colaboração dos militantes e grupos de base ("um cafezinho por mês"). A nova conta nacional é:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de: Paulo Fernando Alves de Farias (CPF: 469.415.410-91)

Juntos contra a “reforma” administrativa

Na linha do “estado mínimo”, serviços públicos e servidores são atacados

O governo Bolsonaro enviou, após apelos de Rodrigo Maia, a proposta de emenda constitucional da “reforma” administrativa (PEC 32/2020). Ela veio somar-se a outros projetos do Plano Mais Brasil (PEC 186, 187 e 188) que, mesmo antes da pandemia, já previam a redução de até 25% dos salários e jornada dos servidores. Além, é claro, da EC 95/2016 (teto de gastos) que congelou o orçamento dos serviços públicos até 2036.

É mentira que as medidas dessa nova PEC afetariam somente os futuros servidores. Seus efeitos se estendem também aos atuais, sejam ativos ou aposentados, e ela se aplica aos três níveis do funcionalismo (União,

estados e municípios). Ficam de fora apenas os juízes, promotores e militares, aliás, os que ganham os maiores salários.

Alguns segmentos buscam entrar no grupo das “carreiras de Estado”, para manter a sua estabilidade. É o caso dos delegados de polícia, por exemplo. Uma divisão entre setores do funcionalismo para “salvar o seu” somente facilitaria a aprovação da PEC, enredando as entidades sindicais em emendas sendo, ao final, todos derrotados.

O fim dos serviços públicos

A PEC 32 não é uma reforma, é o fim dos serviços públicos. Para barrá-la está previsto um dia nacional de

luta na próxima quarta-feira, dia 30 de setembro.

Os sindicatos dos servidores gaúchos, com a participação da CUT-RS, preparam a mobilização do dia 30 de setembro diante Hospital de Pronto Socorro em Porto Alegre e em cidades do interior.

No plano nacional, entidades como a Condsef, Confetam, CNTE e Fenajufe, com apoio da CUT, mobilizam suas bases para os atos do dia 30.

É preciso organizar por baixo, a partir dos municípios, a unidade de todo o funcionalismo – dos 10,7 milhões de servidores existentes, seis milhões são municipais e três milhões são estaduais –, em diálogo

com o povo, que precisa de mais e melhores serviços públicos, e não menos, como querem Bolsonaro, Guedes e Rodrigo Maia..

A única forma de buscar o apoio da população, já massacrada com o desemprego e envenenada pela mídia sobre os “privilégios” dos servidores, é justamente afirmando que o Brasil precisa de mais e melhores serviços públicos.

A hora é a da mais ampla mobilização, inclusive buscando o apoio das organizações sindicais do setor privado, pois, afinal, quem precisa de serviços públicos é a classe trabalhadora e os setores populares.

Marcelo Carlini

Em São Paulo, não ao PL 529 de Dória

Governador tucano quer acabar com autarquias

Em 16 de setembro, num ato público convocado por entidades do funcionalismo paulista diante da Assembleia Legislativa (ALESP), centenas de servidores, apoiados por movimentos populares, deputados e sindicalistas de outros setores, manifestaram-se contra o projeto de lei 529/20 do governador João Dória, que pretende acabar com 10 autarquias e abrir um plano de demissão voluntária (PDV), colocando em risco mais de cinco mil empregos.

Esse desmonte é inaceitável, por

isso houve também atos em cidades do interior paulista. Diante da ALESP, o presidente da CUT-SP, o professor estadual Douglas Izzo, afirmou: “Tem algo que nos une, desafiando toda a dificuldade que nos traz a pandemia, que é a vontade de lutar contra um projeto que, se aprovado, trará prejuízos aos diversos setores que prestam serviços públicos para a população do estado de São Paulo”.

Presente também no ato público, o candidato a prefeito de São Paulo pelo PT, Jilmar Tatto, mandou o

recado: “Dória tenta disfarçar, mas não adianta, ele é idêntico ao Bolsonaro”. Sim, pois se trata da mesma política de ataque e destruição dos serviços públicos.

A luta contra o PL 529 e em defesa de mais serviços públicos continua. A CUT-SP organizou um site “Na Pressão” para que os servidores possam ir para cima dos deputados estaduais para que votem contra o PL de Dória, cuja votação é prevista para 29 de setembro.

João B. Gomes



Jilmar Tatto, candidato do PT à prefeitura paulistana participa do ato contra projeto do governador Dória

O que pensar sobre o acordo na Volks?

Perdas na remuneração, PDV e, para quem ficar, garantia no emprego por cinco anos

Em 15 de setembro, com o pátio da Volks em São Bernardo lotado, foi aprovada em assembleia proposta de acordo coletivo negociada durante três semanas pelas direções do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e dos sindicatos de Taubaté, São Carlos e São José dos Pinhais (PR), diante do anúncio da montadora alemã da demissão de 35% do seu pessoal no Brasil (onde emprega 15 mil trabalhadores).

Ao contrário do que ocorreu na Renault (PR), quando o anúncio de demissões provocou uma greve de 21 dias (ver OT 873), no caso da Volks nenhuma mobilização foi feita nas fábricas durante essas três semanas, exceto reuniões informativas das negociações.

Afinal, o acordo entre os sindicatos e a Volks é uma “vitória”, como

disse Valter Sanches, metalúrgico do ABC que é o secretário-geral do IndustriALL Global Union, ou uma derrota sem combate?

O que estabelece o acordo

A capa da Tribuna Metalúrgica do ABC (16/09) estampou: “Acordo na Volks conquista 5 anos de garantia no emprego”. Mas, isso vale para aqueles que não aderirem ao PDV (plano de demissão voluntária, com 20 e depois 10 salários adicionais, em duas etapas), que faz parte do acordo, pois a Volks não desistiu de sua meta de redução do pessoal.

O acordo rebaixa itens do acordo anterior sobre remuneração e benefícios. Assim, neste ano não será aplicado reajuste salarial de 5%, convertido em abono de R\$ 6 mil. Em 2021 (março), não será aplicado o INPC

de 3,5%. Em 2022 (março), não será aplicada a diferença para completar os 5% do INPC (5% menos 3,5% de 2021). Só em 2023, e até 2025, será aplicado o INPC do período aos salários dos que permanecerem na Volks.

A progressão salarial foi congelada por 12 meses e uma nova tabela, reduzindo em 17,05% o teto das tabelas salariais vigentes, será aplicada para os admitidos a partir de 01/01/2021. Já a PLR (participação nos lucros) passa a ter o valor fixo de R\$ 12.800, reajustado todo ano pelo INPC. O acordo autoriza a utilização de layoff (suspensão do contrato) pela empresa, no limite de 10 meses, com remuneração de 82,5% do salário líquido.

Wagner Santana, presidente do sindicato do ABC e trabalhador da Volks, declarou que “um acordo que

garante estabilidade por cinco anos é muito positivo, inclusive tornando-se referência para o movimento sindical”. Referência de luta dos trabalhadores contra as demissões certamente não é, pois ela não houve, apenas longas negociações. E isso na Volks, símbolo de greves e mobilizações num passado não tão remoto.

As perdas embutidas no acordo são reais e a empresa vai querer atingir a sua meta de cinco mil demissões via PDV. Se tudo isso fosse, por exemplo, o resultado de uma greve, numa situação de defensiva, poderia ser positivo. Mas na ausência de qualquer chamado à mobilização das bases por parte das direções sindicais, cheira mais a uma derrota sem combate.

Lauro Fagundes

A greve acabou, mas a luta continua

Os trabalhadores dos Correios tudo fizeram para evitar retirada de direitos

A greve dos trabalhadores dos Correios encerrou-se em 22 de setembro, após 36 dias de luta em defesa das 79 cláusulas do seu Acordo Coletivo. O julgamento do dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST) no dia 21 manteve apenas 29 cláusulas do Acordo, estipulando uma multa diária de R\$ 100 mil caso os grevistas não voltassem ao trabalho.

Foi a maior greve da história dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), embora tenha enfrentado vários obstáculos.

Judiciário alinhado com o governo

A decisão do TST obriga desconto da metade dos dias parados e compensação da outra metade, além de mudanças desfavoráveis no plano de saúde. Determina também um reajuste de 2,60% a partir de 1º de agosto de 2020, mas que não é nada diante das perdas de até 40% na remuneração e da retirada de

direitos, como a diminuição do tempo de licença maternidade, a liberação de dirigentes sindicais, o auxílio para dependentes com deficiência, anuênios, reembolso creche babá e outros.

A justificativa de prejuízo financeiro alegada pela ECT, presidida pelo general Floriano Peixoto, não fica em pé diante dos lucros obtidos, inclusive na pandemia. Para a Fentect (federação filiada à CUT), a decisão do TST revela “o alinhamento político ideológico do Tribunal com o governo e com a retirada de direitos”.

Greve heróica, mas isolada

A greve foi iniciada conjuntamente pelas duas federações (Fentect-CUT e Findect-CTB), no entanto terminou separada. No próprio dia 21, quando cerca de 3 mil ecetistas foram em caravanas à Brasília a chamado da Fentect-CUT para acompanhar o julgamento do TST, o sindicato de São Paulo, filiado à Findect-CTB, decidiu em assembléia virtual, assim que



21 de setembro: milhares de grevistas dos Correios, vindos de vários estados, se manifestam em Brasília

terminou o julgamento, voltar ao trabalho. Decisão dividida com 699 a favor, 671 contra e 38 abstenções.

A disposição de luta dos trabalhadores dos Correios ao longo da greve merecia um apoio mais efetivo de outros sindicatos e da própria CUT no engajamento na solidariedade ativa. Para tanto seria preciso que a postura do “fique em casa” fosse

superada com a participação em piquetes, bloqueios e manifestações que ocorreram em todo o país.

O mesmo para o PT, cujos dirigentes e parlamentares poderiam ter jogado um papel mais ativo na solidariedade à greve. Até o Lula decepcionou os grevistas, pois no seu discurso de 7 de setembro, onde combateu a privatização das estatais, nada disse sobre a greve dos Correios que estava em curso.

“Recuperar forças para as próximas lutas”

Apesar do resultado desfavorável no TST, a Fentect-CUT conclamou os trabalhadores a “sair de cabeça erguida e recuperar todas as forças para enfrentar as próximas lutas”. A primeira dela é contra a privatização dos Correios, que segundo seu general-presidente declarou “a desestatização já está em curso”.

A greve acabou, mas a luta continua como disseram os ecetistas.

Paulo Riela

Exigências para a volta às aulas

Professores, estudantes e familiares querem segurança

A questão da volta às aulas está no centro das atenções, provocando idas e voltas de governadores e prefeitos sobre o tema.

Todos sabem que a rede pública de ensino está sucateada, que as salas de aula existentes são precárias e, portanto, trazem risco de contágio.

Ao mesmo tempo, o direito ao ensino público e de qualidade é um direito básico do povo e são as famílias mais pobres as que mais sofrem com as escolas fechadas e a precariedade do ensino remoto. A necessidade de reabrir as escolas deve vir acompanhada de exigências que garantam condições seguras. Quais

condições?

Há entidades sindicais de trabalhadores em educação que chegam a condicionar a volta às aulas à vacina. O problema é que as vacinas que estão sendo testadas em várias partes do mundo – inclusive no Brasil – não tem uma aplicação imediata, pode demorar meses, ou mais, para o acesso a uma vacina segura.

Hoje, concretamente, a única forma de rastrear o contágio é a testagem em massa, e, ao contrário da vacina, os testes existem, mas não são aplicados (só o Ministério da Saúde do general Pazuello tem em estoque de 9,5 milhões de testes).

Reivindicar testes e condições nas escolas

A mídia e os governos especulam sobre as vacinas que estão sendo testadas, mas as necessárias medidas de controle e combate da pandemia não são adotadas. Daí que condicionar a volta às aulas à vacina acaba sendo uma atitude paralisante, quando o que se impõe é cobrar a responsabilidade dos governos.

Não são os professores e estudantes que não querem voltar às aulas, mas os governos que não cumprem com as condições mínimas para o retorno ao ensino presencial. Quem comemora são as “plataformas”

multinacionais de ensino remoto, que ganham muito dinheiro com essa modalidade que rebaixa o aprendizado e a formação dos jovens e submete os professores ao sobretrabalho.

Todas as condições de trabalho devem ser exigidas, como estrutura nas escolas e EPs. Mas, a testagem em massa e de qualidade (testes sorológicos e periódicos) deve ser a primeira condição, pois é ela que permite rastrear o contágio e, portanto, se há ou não condições de uma determinada escola reabrir.

Tiago Maciel

Contra a privatização: “Petrobras, fica!”

A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) lançou a campanha “Petrobras, fica!” em resposta ao anúncio da empresa mista de que vai abandonar suas operações nos estados da região Norte, Nordeste e Sul.

Há meses a Petrobras deu início à venda de grande parte de sua infra-estrutura nessas regiões. Hoje são 164 áreas de produção de petróleo e gás no Brasil que estão à venda. Além delas, usinas térmicas, eólicas e de bicompostíveis, fábricas de fertilizantes e refinarias estão sendo negociadas. Só no Rio Grande do Norte



Ato “Petrobras Fica” em 17 de setembro na Refinaria Landulpho Alves, Bahia

são 26 campos e uma refinaria, em Alagoas são sete e a Unidade de Processamento de Gás Natural.

É a tragédia da Araucária Nitrogenados se espalhando pelo país: em fevereiro a Petrobras queria vender a fábrica de fertilizantes no Paraná, mas sem compradores, decidiu simplesmente fechar a planta. Foram 543 trabalhadores demitidos. Em 21 de setembro ocorreu em Minas uma atividade do Sindipetro-MG que denunciou a ameaça que pesa contra a Refinaria Gabriel Passos e a Usina de Biodiesel de Montes Claros.

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar o pedido da FUP para barrar essas privatizações, que

se fundamenta no fato de que a empresa está criando subsidiárias com o objetivo de vender as refinarias. A legislação impede a Petrobras de privatizar a sua infra-estrutura sem autorização do Congresso Nacional. Porém, uma decisão do STF de 2019 abriu uma brecha que autorizou a venda de subsidiárias. Em 22 de setembro, o presidente do STF, Luiz Fux, suspendeu o julgamento após três ministros se posicionarem contra as atuais privatizações.

Cristiano Junta

Lava Jato retoma acusações contra Lula

Mais uma vez, procuradores torcem os fatos e apresentam denúncia sem provas

A força-tarefa da Operação Lava Jato de Curitiba apresentou no dia 14 nova denúncia contra Lula. Como é de costume na Operação Lava Jato, a peça escrita pelos procuradores federais é um amontoado de suposições, sem provas, de que o ex-presidente teria recebido propina da Odebrecht, no valor de R\$ 4 milhões.

A denúncia nem poderia ser apreciada em Curitiba, porque a Lava Jato da capital paranaense só trata de eventuais crimes relacionados à Petrobras. Quanto ao texto, não é preciso ser jurista para perceber sua inconsistência. As doações da Odebrecht – independentemente da opinião que se tenha a seu respeito – não foram feitas ao indivíduo Lula, e sim ao Instituto Lula, e estão registradas e contabilizadas legalmente. Não foram “dissimuladas”, como pretendem os procuradores.

Trata-se de uma reação da Lava Jato, que atua como verdadeiro grupo político contra Lula e o PT, depois de recentes derrotas judiciais que sofreu.

Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) retirou de uma ação contra Lula trecho da delação fantasiosa de Antonio Palocci. O STF concedeu também à defesa acesso aos documentos do acordo de leniência fechado pela Odebrecht. No início de setembro, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília)



Lula em seu discurso no dia 7 de setembro

arquivou outra ação penal em que Lula era acusado de receber propinas.

Bretas intimida

Alguns dias antes da nova denúncia contra Lula, uma operação autorizada pelo juiz Marcelo Bretas, bolsonarista da Lava Jato do Rio de Janeiro, realizou busca e apreensão de documentos em escritórios de advocacia, entre os quais o de Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, advogados de Lula. Zanin considerou o ato uma “tentativa de intimidação do Estado brasileiro” em razão de ter feito denúncias constantes de violações aos direitos democráticos por parte da Lava Jato.

O escritório de Zanin, contratado em 2011 pela Fecomércio-RJ, foi acusado de participação em esquema de desvio de dinheiro do sistema

S (Sesc, Senac etc.) pelo qual teria recebido R\$ 68 milhões sem prestar serviços efetivos. Os advogados afirmam, ao contrário, que o trabalho realizado envolveu 77 profissionais e deu origem a 1,4 mil petições. Os dados foram auditados e confirmados por empresa independente.

Qual a base dessa acusação? Outra delação premiada, feita pelo ex-presidente da Fecomércio, Orlando Diniz. Os vídeos da delação mostram que Diniz foi coagido a mudar seu depoimento, para encaixar os “fatos” à versão pretendida pelo Ministério Público Federal (MPF). Ele havia afirmado, por exemplo, que os contratos fechados com o escritório de Zanin foram “legais”, mas a procuradora retrucou que “foram formais, mas ilegais”. Ele então concordou em modificar.

Bretas determinou também o bloqueio de bens de Zanin até a quantia de R\$ 237,3 milhões, o que motivou as milícias bolsonaristas a espalhar a mentira de que esse total foi de fato apreendido. “Como não tenho esse valor, evidentemente não houve o bloqueio”, disse Zanin. O objetivo é golpear o defensor de Lula.

Desde 2018, está no STF o habeas corpus apresentado pelo advogado pedindo o reconhecimento da suspeição do ex-juiz Sergio Moro, que liderava de forma ilegal a Lava Jato, orientando procuradores e delegados. A partir desse reconhecimento, os processos conduzidos por Moro devem ser anulados e Lula deve recuperar todos os seus direitos políticos.

Cláudio Soares

DALLAGNOL SAI DE CENA

O procurador Deltan Dallagnol deixou a coordenação da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, alegando problemas familiares. Principal interlocutor do ex-juiz Sergio Moro na montagem do esquema criminoso para conseguir a condenação de Lula, Dallagnol sai por baixo, embora não tenha sido punido pelas várias ilegalidades que cometeu. Divergências internas também levaram à renúncia dos procuradores da Lava Jato em São Paulo.

Institutos Federais sob ameaça

É preciso chamar a mais ampla unidade contra os cortes de verbas

Em pleno andamento da execução do orçamento de 2020, o governo Bolsonaro aplicou um corte de R\$ 1,57 bilhão no orçamento deste ano do Ministério da Educação (MEC).

O corte do orçamento atinge em cheio as ações de “apoio ao desenvolvimento da educação básica”, ofertado pelos Institutos Federais - IFs. Os recursos nesta área desabam de R\$ 1,27 bilhão para R\$ 260 milhões (dados do MEC).

Com este novo ataque à educação superior, tecnológica e técnica, é mais uma vez o próprio MEC que informa, 29 Institutos Federais serão paralisados, atingindo nada menos do que 175 mil estudantes em todo o país.

Note-se que o confisco destas verbas da educação pública se dá quando os recursos já vinham sendo utilizados. Com o corte, programas e obras em execução serão suspensos, inclusive as próprias atividades

didáticas, como as aulas. Em crise, Bolsonaro arranca recursos do serviço público para o programa de obras eleitoreiro chamado Pró-Brasil. O governo deve destinar R\$ 6,5 bilhões do orçamento ao Pró-Brasil, dinheiro arrancado do serviço público, inclusive, como se vê, da educação.

Este golpe contra a educação prepara o orçamento 2021 em que Bolsonaro, com a cumplicidade da Câmara e do Senado, pretende tirar das universidades federais e IFs R\$ 110 milhões.

Unidade para combater os ataques

É no quadro de severos ataques de Bolsonaro ao ensino superior que o ANDES-SN realizará seu 9º Conselho Extraordinário (Conad).

As propostas de resoluções apresentadas pela Diretoria são rotineiras e não incorporam de forma central a luta contra o corte de verbas

e se referem de maneira apenas formal à ameaça da contrarreforma administrativa.

Boa parte das propostas da direção está focada na luta contra o ensino remoto, sem levantar, contudo, nenhuma plataforma que incida sobre as condições em que este tipo de ensino está sendo implementado. É exatamente sobre estes pontos que se concentram as teses do Fórum Renova ANDES, apresentadas nas assembleias eletivas de delegados e observadores das seções sindicais. O Renova ANDES propõe a ampla unidade com as organizações do movimento sindical e popular tendo como centro, na luta pelo fim do governo Bolsonaro, a necessidade de derrotar a contrarreforma administrativa.

Mas o Conad certamente gastará boa parte de seu tempo debatendo as eleições do ANDES, que deveria se realizar em maio, mas que foram

suspensas devido à pandemia.

No Conad anterior, a diretoria adotou uma resolução que estendia seu mandato até o ano que vem, mas voltou atrás, propondo agora um tipo de eleição virtual, como já propunha o Renova Andes. Entretanto, a direção inventou uma modalidade que chamam de telepresencial e que consiste na obrigação do eleitor de entrar numa sala virtual, apresentar documento com foto e comprovação de filiação para só então receber um link para votar, buscando dificultar o voto.

O Renova Andes propõe um sistema o mais simples que facilite a participação. O Renova, com estas posições, dobrou o número de delegados e observadores em relação ao Conad anterior. E vai ao Conad destacando a necessária organização da luta contra os ataques à educação, desferidos por este governo.

Eudes Baima

Pantanal arde em chamas

Governo e latifundiários destroem a fauna, flora e vidas humanas

Os incêndios que tomaram conta de boa parte do Pantanal e da Amazônia chamam a atenção para mais esse desastre provocado pela política do governo Bolsonaro. As condições ambientais cada vez mais difíceis provocadas pelas queimadas acentuam o sofrimento da população, atordoada com a pandemia do Coronavírus, com o desemprego e sofrendo com a redução dos serviços públicos, desmantelados de forma acelerada após o golpe de 2016.

Os incêndios provocados pelas queimadas não são um fenômeno natural, como Bolsonaro e seus apoiadores querem fazer crer. As queimadas nesta época do ano no Pantanal são rotina, feitas pelos latifundiários para reduzir a massa de capim seco e permitir o crescimento de capim novo no começo do período de chuvas, que começa na primavera. Essa prática ajuda a revitalizar a pastagem natural para o gado. É um tipo de queimada controlada.

Latifundiários incendiários

No entanto, agora somaram uma seca prolongada e os efeitos da política do governo Bolsonaro, que estimulou queimadas criminosas, provocadas pelos próprios latifundiários, com o objetivo de desmatar as áreas do Pantanal que são cobertas por matas ciliares, abrindo-as para pastagens (até a Polícia Federal e os órgãos ambientais de Mato Grosso estão chegando a essa conclusão). Essas queimadas criminosas se



tornaram incêndios devastadores.

No Pantanal temos uma situação nunca vista pela população que mora na região. No último dia 17 a cidade de Cáceres, que fica às margens do rio Paraguai no norte do Pantanal, estava coberta por uma densa nuvem de fumaça.

O sol desapareceu por volta das 15 horas, a temperatura chegou aos 40 graus e a umidade do ar a oito por cento. À noite o vento trouxe mais fumaça. Parecia que o fogo estava a poucos metros.

Segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), as queimadas no Pantanal neste ano são as maiores desde que começou a registrar os números, em 1998, crescendo cerca de 241% em relação ao mesmo mês de 2019. Em julho, o Programa Queimadas do Inpe registrou 1.684 focos de calor no Pantanal. No mesmo período, em 2019, foram 494. O fogo já destruiu 15%

da vegetação pantaneira.

Governo atíça o fogo

No entanto, ao invés de procurar reverter esse quadro com prevenção, fiscalização e repressão, o governo Bolsonaro quer desmoralizar os trabalhos do Inpe. Além disso, está aumentando o desmantelamento do Ibama e do ICMBio (Instituto Chico Mendes), órgãos que deveriam ter pessoal em número adequado e estrutura para cuidar da orientação e educação ambiental, fiscalização e repressão aos crimes ambientais, além de cuidar das reservas e parques espalhados pelo país, inclusive no Pantanal. Para 2021, o orçamento do Ibama será cortado em 4% e do ICMBio em 12,8%. O resultado pode ser mais queimadas.

Em depoimento ao jornal El País, um guia de turismo que combate incêndios na região revelou que em agosto havia pouco mais de 150

peças lutando contra o fogo em Mato Grosso, uma pessoa para cada área de 350 quilômetros quadrados.

Confrontado com o resultado alarmante das queimadas que tomaram conta da Amazônia e do Pantanal, tornando-se grandes incêndios, com a fumaça atingindo inclusive cidades da região centro sul do Brasil, Bolsonaro disse na ONU que há exagero na repercussão e que isso é coisa de ONGs a serviço dos países avançados, ou que as queimadas são culpa de indígenas e caboclos. É a política do governo de "passar a boiada" com ataques aos serviços públicos e de apoio aos latifundiários e ao agronegócio, que promove o desastre dos incêndios provocados pelas queimadas.

Essa situação inédita é fruto da política de incentivo aos desmatamentos e queimadas, de fatores climáticos e, principalmente, de desmonte dos serviços públicos desde o golpe de 2016, aprofundado com Bolsonaro, com o fim da prevenção (campanhas educativas, fiscalização, etc.), do acompanhamento das queimadas (tentativa de desmoralização do Inpe) e desmantelamento de órgãos ambientais fiscalizadores e protetores, como o Ibama e o ICMBio. Aqui também é visível (pelas consequências das queimadas para a população e o ambiente) a necessidade de mais e melhores serviços públicos, com o reforço no orçamento dos órgãos de pesquisas e dos órgãos ambientais.

Domingos Sávio

Desabastecimento e alta dos preços

Governo é responsável pela queda da produção de alimentos à população

Enquanto quase 40 milhões de brasileiros - dentre desempregados, desalentados e sub-empregados - estão procurando emprego, número recorde, e um milhão de empresas já faliram apenas desde o início da Covid-19 no Brasil, os preços estão voltando a subir.

A inflação medida pelo IGP-10 (FGV) atingiu em setembro 4,34%, a mais forte elevação desde 2002. E o preço de alimentos básicos para a mesa do povo explodiram bem acima de 4%.

É mentira que a demanda esteja aquecida. A parcela do PIB relativa ao Consumo das Famílias caiu 12,5% entre julho deste ano e o do ano passado. A Renda Emergencial, no máximo, fez manter o consumo de alimentos nos níveis pré-pandemia.

Já a oferta de vários alimentos,

bens básicos e insumos às empresas, despencou. A produção de alimentos à população já vinha caindo no ano passado como parte da política golpista e bolsonarista pró agronegócio. Do governo Dilma para cá a área da produção de alimentos básicos à população caiu mais de 40%. As culturas extensivas e exportadoras da soja e do milho ocupam quase 90% das terras agrícolas do país, enquanto que a produção de alimentos básicos teve área reduzida a 6,7%.

Estoques quase zerados

O governo abandonou todos os dispositivos de intervenção pública na regulação do abastecimento alimentar. Em uma década, os estoques públicos de seis dos mais consumidos grãos alimentares tiveram uma redução de 96% na média anual. O

arroz e o feijão estão entre os que quase zeraram na armazenagem. E com a alta do dólar, os produtores de tais grãos passaram a destinar quase toda sua produção para exportação.

E o governo nada faz - pois é "contra intervir no mercado". Mas é sua obrigação fazê-lo. A lei Agrícola 8171, por exemplo, determina ao estado a responsabilidade de regular os estoques e assegurar o abastecimento à população.

A oferta de insumos industriais também caiu. A pandemia fez vários ramos da indústria paralisarem suas linhas de montagem nos meses de abril e maio. E o governo nada fez para preveni-lo com intervenção estatal sobre a produção empresarial em caráter emergencial.

No mês de agosto, pesquisa do IBGE mostra que dos 3,2 milhões de

empresas em funcionamento no país 47,6% estão com dificuldades em acessar fornecedores (e 38,6% em julho). Ademais, o governo mantém a política insana de reajuste de preços de combustíveis pela Petrobras.

Os mais de 60 milhões de brasileiros que receberam o Auxílio Emergencial nos últimos meses têm gastado mais de 60% de tal renda com comida.

A alta de mais de 20% no preço dos alimentos básicos está esmagando o pouco que sobra de seus orçamentos. E agora, o governo cortará pela metade o valor do Auxílio - garantido-o a menos pessoas e por menos tempo, já que reduziu em sua Medida Provisória as verbas para tal Auxílio dos atuais R\$250 bi a R\$67bi.

Alberto Handfas

Uma plataforma para a luta

Nas eleições parlamentares na Venezuela, propostas de saída para a crise atual

Em dezembro ocorrem eleições para a Assembleia Nacional, num quadro em que é necessária a mais ampla unidade contra a ofensiva imperialista que não cessa e com governo Maduro adotando uma linha contra os interesses do povo trabalhador do país.

Abaixo trechos da declaração "Que política é necessária para defender a nação e o povo trabalhador?", lançada pela Coordenação Autônoma e Independente de Trabalhadores (CAIT):

"Nesta situação, em que o destino da nação e as conquistas obtidas no processo bolivariano estão em jogo e ameaçados por uma política regressiva impulsionada desde o governo nacional, ninguém pode omitir-se, seja no terreno direto da luta de classes, seja no cenário eleitoral, em apresentar propostas de saída positiva da crise para avançar nas transformações necessárias para a libertação do jugo imperialista.

Por isso a CAIT submete à livre discussão do movimento operário e popular, aos candidatos e candidatas à Assembleia Nacional que se reivindicam dos interesses do povo trabalhador e da defesa da nação, os

seguintes pontos de plataforma:

Pela recomposição dos salários e respeito aos nossos direitos

- Desmontar de imediato o plano de achatamento salarial, cumprimento cabal da LOTTT (Lei Orgânica do Trabalho, NdT) e demais leis protetoras dos trabalhadores;

- Revisar o salário mínimo no valor da cesta básica para cobrir as necessidades do trabalhador e sua família...

- Contra a criminalização das lutas por direitos laborais; pela liberdade dos trabalhadores, sindicalistas e lutadores sociais presos;

- Defesa da liberdade e autonomia sindical, processos eleitorais democráticos sem o controle e ingerência do governo, garantia de registro sindical...

É preciso um giro total na política econômica

- O plano de recuperação econômica tornou-se simplesmente inviável (...). Com os mercados internacionais fechados para a Venezuela, devido às sanções e o bloqueio, devemos incentivar um mercado interno cujo fortalecimento passa

por eliminar leis que favorecem o capital estrangeiro e por aumentar os salários para fomentar a demanda interna...

- Em defesa do petróleo como bem da nação: revogar o "regime especial de inversões" e a desoneração de impostos sobre o enriquecimento da PDVSA (estatal petroleira, NdT), suas filiais e mistas (corporações estrangeiras associadas e mineradoras)...

- Reforma tributária com um sistema justo e progressivo, com impostos aos capitalistas e grandes fortunas ...

- Revisão e auditoria do endividamento do país (...), não pagamento

da dívida para atender as necessidades materiais do país..."

Um terceiro item – "combater a corrupção" – completa a plataforma, que conclui:

"Chamamos o povo trabalhador a não dar um só voto em 6 de dezembro aos candidatos dos partidos burgueses e pró-imperialistas e propomos aos candidatos que se reclamam do povo trabalhador a posicionarem-se sobre as propostas que fazemos nesta Declaração. Abaixo o bloqueio do imperialismo, em defesa da nação e dos direitos laborais".

Correspondente

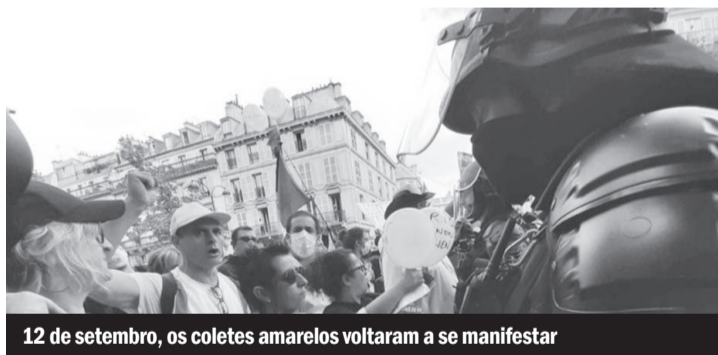
O PROVOCADOR POMPEO

Em 18 de setembro, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, esteve em Boa Vista (RR), numa verdadeira provocação bancada pelo governo Bolsonaro. Recebido pelo "chanceler" Ernesto Araújo, Pompeo acusou Maduro de "narcotraficante" (enquanto um suspeito relatório de direitos humanos na Venezuela era divulgado pela ONU). Pompeo esteve também no Suriname, Guiana e Colômbia.

O PT e a CUT repudiaram essa "visita" que se transforma numa razão a mais para ampliar a campanha contra o bloqueio e as sanções impostas pelo governo dos EUA à Venezuela, em defesa da soberania do seu povo em decidir o seu próprio destino.

França: medo e caos na volta às aulas

Governo Macron usa a Covid-19 para impor desregulamentação e destruição dos direitos



12 de setembro, os coletes amarelos voltaram a se manifestar

Uma campanha histórica de propaganda do governo francês ameaça a população com o apocalipse. Anunciam a "propagação exponencial do vírus", jogam a responsabilidade pelas contaminações sobre as pessoas. Toda reunião de mais de 10 pessoas pode ser proibida pelas prefeituras e as manifestações de mais de cinco mil pessoas são totalmente proscritas.

O governo é guiado por outra coisa que nada tem a ver com os cuidados com a saúde da população: se ainda fosse necessária uma prova, a bagunça institucional para tratar da pandemia, a negligência com os testes o demonstra claramente.

No dia 4 de setembro Macron em pessoa fez um repugnante discurso

xenófobo em que homenageou a III República (iniciada com o esmagamento em sangue da Comuna de Paris, em 1871) e apresentou os policiais como aqueles

que "lutam contra a violência e o racismo", uma provocação contra a massa de jovens que, há alguns meses, levantou-se justamente contra o racismo e a violência estatais.

No dia anterior seu governo apresentou um "plano de retomada" que libera mais 100 bilhões de euros para os patrões e abre totalmente o caminho para a desregulamentação, redução de salários e demissões. "Em linhas gerais, é esse o plano que estávamos pedindo", felicitou-se o presidente da principal confederação patronal.

Os ataques às liberdades acompanhados de uma campanha de terror ao redor da Covid têm um claro objetivo: dispersar a desconfiança, a rejeição, a raiva que ferve e que

aproveita a menor oportunidade para se expressar.

Policiais armados nas escolas

Na volta às aulas, crianças e adolescentes foram recepcionados por policiais armados a pretexto de fiscalizar o uso das máscaras. O objetivo, segundo um responsável pela operação, é inculcar nos alunos o hábito de portar as máscaras!

Algumas escolas e salas de aula foram fechadas quando professores, funcionários ou alunos testaram positivo. Mas em outros casos, similares, tudo continua funcionando.

Isso porque a decisão sobre o que fazer cabe ao diretor do

estabelecimento, abrindo a porta para todo tipo de desregulamentação e desmonte do estatuto dos trabalhadores em educação.

Policiais armados até os dentes entrando em colégios e intimidando alunos e professores; salas de aula que abrem ou fecham ao sabor de decisões discricionárias, desorganizando a vida das famílias: contra essa política começam a pipocar greves locais e manifestações de famílias de alunos que recusam o "consenso sanitário" segundo o qual as reivindicações deveriam ser esquecidas em nome da "unidade para combater a Covid".

Correspondente

COLETES AMARELOS VOLTAM A SE MANIFESTAR

Um enorme dispositivo de repressão - colocado em marcha contra uma manifestação autorizada - tentou, mas não impediu que os coletes amarelos desfilassem pelas ruas de Paris no dia 12 de setembro.

"A revolta está aqui. Nos lares, nas empresas, no comércio. Aqueles que mantiveram a França funcionando durante os dois meses de confinamento, as cuidadoras, os caixas, os lixeiros, esses são os 'coletes amarelos'", declarou um deles.

E entoaram seu grito de guerra: "Estamos aqui, mesmo se Macron não quer; estamos aqui pela honra dos trabalhadores".

Eleições presidenciais nos Estados Unidos

Seja quem for o presidente eleito, as questões permanecerão as mesmas

Aoito semanas da eleição presidencial, os EUA assistem a uma estranha campanha eleitoral, entre um candidato à reeleição que fala demais e seu principal adversário que tenta falar o menos possível.

Esta situação é o resultado da corrida de republicanos e democratas, que buscam restaurar a estabilidade de um sistema político profundamente abalado pela crise econômica, agravada pela pandemia.

Por um lado, Trump se apoia nos instintos mais nauseantes de uma camada de brancos desclassificados para culpar os imigrantes por todos os problemas. Por outro lado, Biden tenta aproveitar esse posicionamento para se apresentar como progressista. Mas, no final, Trump propõe um programa que em seus quatro anos de presidência não teve margem de manobra para aplicar, enquanto Biden se coloca pela continuidade da política estadunidense dos últimos vinte anos.

Trump havia prometido construir um muro na fronteira mexicana. Em quatro anos, dois dos quais com maioria na Câmara e no Senado, foram construídos 25 km de muro (a cifra de 300 km - já irrisória para uma fronteira de mais de 3.000 km - que ele propõe é constituída em sua

maior parte pela substituição de segmentos de muros já existentes). Isso é cinco vezes menos do que o que foi construído sob Obama, o qual, mesmo assim, apresentou-se como um oponente a esse muro.

Ele havia prometido trazer de volta o emprego industrial. Este continuou a recuar. Trump frequentemente se vangloria da construção de novas fábricas, que simplesmente não existem, enquanto as montadoras desenvolvem planos de reestruturação.

Os republicanos nem mesmo fingem mais acreditar em suas promessas: Trump anunciou que as empresas poderiam adiar o pagamento de seus impostos sobre a folha de pagamento, prometendo a quem usasse esse direito que os impostos seriam simplesmente cancelados após a eleição; poucas empresas reivindicaram o adiamento, e estados republicanos como Arizona e Indiana nem chegaram a implementar a medida (Washington Post de 11 de setembro).

Longe do necessário

A oposição entre Trump e Biden é ao mesmo tempo real e superestimada. A orientação de Trump é de oposição frontal ao movimento sindical organizado, aos sindicatos,

é claro, mas também ao movimento negro. Biden procura envolvê-los na realização dos planos do imperialismo. Mas as leis apresentadas pela maioria democrata na Câmara e rejeitadas pela maioria republicana no Senado nos últimos meses mostram a incapacidade dos democratas de responder à urgência da situação: para responder à crise econômica, uma expansão limitada dos sistemas de saúde e seguro-desemprego e um cheque para todos os americanos; para responder aos assassinatos de negros pela polícia, uma reforma da polícia retirando recursos federais dos serviços policiais abertamente racistas ... Estamos muito longe do necessário.

Os aparelhos sindicais jogam todo o seu peso para salvar este regime em crise: a maioria deles apelou à responsabilidade individual durante a crise de Covid, publicando guias de boa conduta que remetiam a responsabilidade pela situação e de dezenas de milhares de mortes ao comportamento de cada um. Assim que a campanha de Sanders terminou, eles se alinharam abertamente com Biden.

Enquanto isso, o desemprego está oficialmente em mais de 8% e os despejos de residentes impossibilitados de pagar seu aluguel ou de quitar

seus empréstimos se multiplicam.

O jornal The Guardian de 25 de agosto estima que cerca de vinte milhões de estadunidenses estão ameaçados de despejo em curto prazo, após o fim dos programas de ajuda adotados no auge da crise sanitária.

Nesse clima de desintegração completa das instituições políticas, as manifestações massivas contra a violência policial são um importante fator de organização da classe trabalhadora e, em particular, de suas componentes mais afetadas pela crise e pelo desemprego em massa: os negros em primeiro lugar, mas também uma grande parte da juventude.

Convencidos de que não haverá saída nas eleições de novembro, eles apontam a responsabilidade do sistema político estadunidense e de seus dois partidos nesta situação de crise.

Em 4 de novembro, um novo presidente será eleito; seja Trump ou Biden, as questões permanecerão as mesmas e essas eleições não serão suficientes para conter a raiva determinada que se expressa nessas manifestações.

Devan Sohier

Grécia: incêndio no campo de Moria

Tragédia expõe as condições desumanas impostas aos refugiados

O incêndio no campo de refugiados de Moria, na ilha grega de Lesbos, expôs ao mundo o horror das condições em que vivem os refugiados de vários países atingidos pela pobreza ou guerras provocadas pelas grandes potências imperialistas.

O campo de Moria abriga, em condições desumanas, 12.700 refugiados, incluindo 4000 crianças, vindos da Síria, Afeganistão e países africanos.

Em 9 de setembro, a organização política NAR (Nova Corrente de Esquerda), publicou uma declaração na qual denuncia: "Moria é o crime continuado dos governos da Grécia (Nova Democracia, Pasok e Syriza) e da União Europeia, que criaram e fizeram crescer este inferno miserável, o crime continuado do governo grego (Nova Democracia, Pasok e Syriza) e da União Europeia". Abaixo trechos desta declaração.

"Fechamento definitivo do inferno miserável de Moria!"

"Na noite de 8 de setembro, nossos piores temores foram confirmados

sobre a situação que viria se casos de Covid fossem detectados no campo de Moria. O medo, a raiva, a fome, a miséria e a angústia de milhares de detidos, ao mesmo tempo que sua exclusão permanente no inferno de Moria, produziram esses resultados.

A esquerda anticapitalista lutou desde o primeiro momento pelo fechamento desse inferno enquanto, desde o início da pandemia, e através dos sindicatos e do movimento de massas, alertou sobre os graves perigos e pediu soluções e respostas imediatas para as necessidades. E em Moria, eles serão destruídos mais cedo ou mais tarde, sob o peso da política criminosa levada pelo governo Mitsotakis, na esteira dos governos anteriores.

Uma política de violência e repressão, encarceramento e punição. Política de um governo que renunciou às suas responsabilidades a pretexto de cenários de 'ameaças assimétricas' e 'agentes do Oriente'.

As incertezas quanto à concessão dos pedidos de asilo, o medo da deportação, o encarceramento nas



Crianças refugiadas olham o incêndio no campo de Moria

ilhas e nos centros de detenção, o confronto violento e cotidiano com a polícia, sua exclusão e a marginalização pelas comunidades locais, resultam nas condições em que refugiados e migrantes vivem no Ocidente 'civilizado', sob o selo da política e do acordo da União Europeia, Turquia e Grécia".

Exigências

A declaração conclui exigindo: transferência dos refugiados de

Moria para hotéis; cuidados de saúde necessários e urgentes para todos; documentos de viagem para que refugiados e migrantes possam viajar para os destinos ou países que desejarem; direito imediato das pessoas à uma moradia nas cidades e vilas, com condições humanas de vida, com todos os direitos ao trabalho, educação, saúde etc.; fim da repressão policial, da violência racista e fascista; abolição do acordo bárbaro UE-Turquia.

“O acordo do século” contra a Palestina e seu povo

Trump anuncia “plano de paz” entre Israel, Emirados e Bahrein

Desde 2013 não ocorria uma reunião entre todas as organizações que compõem a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) – como a Fatah e a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) – incluindo ainda o Hamas e a Jihad Islâmica.

Em 3 de setembro tal reunião ocorreu, provocada pelo anúncio feito pelo presidente dos EUA, Donald Trump, do “Acordo do Século” entre Israel, Emirados Árabes Unidos e o Bahrein.

Publicamos abaixo trechos do comunicado de 7 de setembro acerca dessa reunião, feito pela Campanha por um Estado Democrático Único, a qual reúne militantes árabes e judeus na luta por um único Estado palestino sobre todo o território histórico da Palestina (intertítulos da redação):

Uma nova declaração Balfour

“O encontro de 3 de setembro, a convite do presidente da Autoridade Palestina, não teria ocorrido se a aliança imperialista EUA-Israel não tivesse chegado ao nível de cinismo e agressão aos direitos do povo palestino que chegou e se ainda restasse um pingote de ilusão numa saída para o conflito, ilusão alimentada desde os acordos de Oslo (1993) e mesmo antes deles.

O ‘Acordo do Século’ é uma verdadeira reedição da declaração Balfour⁽¹⁾ contra a Palestina e seu povo. Ele integra as corruptas ditaduras árabes a uma coalizão infame, para se tornar uma engrenagem de agressão contra o povo palestino.

O que coloca a liderança palestina frente a duas opções: rendição ou resistência.

A reunião das organizações foi um passo importante em direção à unidade nacional que o povo palestino aspira desde a desastrosa divisão de 2007. Nesse período, Israel fez três guerras atroz e numerosos crimes contra a humanidade, impôs um bloqueio medieval a dois milhões de palestinos na Faixa de Gaza e multiplicou os assentamentos e os assassinatos na Cisjordânia e Jerusalém, além da colonização interna em Israel de 1,5 milhão de nosso povo na Galiléia, no Triângulo⁽²⁾ e no Neguév. Para não se falar dos milhões de refugiados arrancados de sua terra natal, aos quais Israel nega o direito ao retorno.

A unidade nacional é uma condição necessária para o trabalho comum e uma primeira etapa para a conquista da liberdade. É também

necessária para restaurar o apoio popular árabe e para trazer aliados do mundo livre para apoiar a causa da Palestina.

A responsabilidade dos dirigentes

Os dirigentes atuais, responsáveis pela divisão do movimento nacional palestino, estariam qualificados e dispostos a romper com a fase das ilusões mortais? De nossa parte, consideramos que a seriedade da reunião só se confirmará com as condições seguintes:

Primeira: O povo palestino, com todas as suas componentes e toda a sua população de 13 milhões, constitui um só povo, e a Palestina abrange todas as terras entre o Jordão e o Mediterrâneo, e não só a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Segunda: O direito ao retorno dos refugiados expulsos da Palestina pelo movimento sionista, que confiscou suas propriedades, os perseguiu até os seus locais de refúgio, travou guerra contra eles e assassinou seus líderes. Esse direito é natural e sagrado, e tem sido uma decisão internacional desde 1948.

Terceira: Libertar a OLP da sua subordinação à Autoridade de Coordenação de Segurança com Israel, das garras da burocracia e das restrições impostas pelos Acordos de Oslo, e reconstruí-la sobre bases democráticas para que represente todo o povo palestino, onde quer que viva, incluindo os palestinos de 1948 (os que vivem no Estado de Israel, NdT).

Quarta: Abandonar o reconhecimento de Israel pela OLP. Israel completa sua expansão colonial e seus assentamentos na Cisjordânia e Jerusalém, bloqueia a Faixa de Gaza, confere falsa legitimidade à colonização de toda a Palestina histórica com sua lei de ‘estado-nação do povo judeu’ - uma lei colonial de apartheid - e ignora todas as leis internacionais que proíbem assentamentos nos territórios ocupados. Israel declarou, assim como os EUA, que o país situado entre o Jordão e o Mediterrâneo pertence ao movimento sionista e que o povo palestino não tem nenhum direito sobre sua pátria.

Quinta: Uma resposta à nova declaração Balfour conhecida como “Acordo do Século”, reafirmando que o direito do povo palestino à



Abril de 2018, marcha pelo direito ao retorno

autodeterminação se aplica a toda a Palestina histórica. O que significa relançar o programa da OLP, centrado no retorno dos refugiados e na libertação da Palestina do sionismo, seu domínio colonial e seu apartheid. O projeto de um Estado único não é apenas uma visão, mas um projeto de resistência que também envolve judeus antissionista, que se opõem ao sistema colonial de assentamentos e a seus crimes.

Sexta: A organização de eleições para o Conselho Nacional Palestino, incluindo todo o povo palestino, sem exceção. A limitação à Cisjordânia e à Faixa de Gaza de eleições para o Conselho Legislativo e para a presidência palestina pela desagregação organizada pelos acordos de Oslo, reduz a unidade da identidade palestina e mantém a maioria do povo palestino – em especial os que vivem nos territórios de 1948 (Estado de Israel, NdT) e os refugiados - fora da representação e do projeto de unidade nacional e direito à autodeterminação.

Sétima: Anulação de todas as medidas punitivas adotadas pela Autoridade Palestina contra o nosso

povo na Faixa de Gaza desde março de 2017 e indenização por suas perdas.

Oitava: Adoção de um movimento palestino de boicote e luta contra todas as formas de normalização com Israel e seu apartheid, principalmente através da abolição da coordenação de segurança e a dissolução do Comitê de Interação com a Sociedade Israelense.

Nona: Formação de uma ampla frente popular que adote uma estratégia de resistência efetiva e que abra caminho para uma nova sociedade livre, no objetivo final de dismantlar o sistema colonialista de apartheid e estabelecer um Estado Democrático em toda a Palestina histórica.”

(1) A Declaração Balfour (02/11 de 1917) é o documento em que o imperialismo britânico decreta, em nome do movimento sionista, a Palestina como o “lar nacional judaico”, negando a existência e os direitos do povo palestino.

(2) O Triângulo é uma área ao sudeste de Haifa, dentro das fronteiras de Israel, com 14 cidades e vilas habitadas por 260 mil palestinos.

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br